

**POPULAÇÕES DE LARDE**  
e Montepuez pouco  
envolvidas na gestão das  
receitas provenientes da  
exploração mineira

**MINERADORAS**  
não fazem o  
reflorestamento das  
espécies nativas em  
Angoche

**A ORGANIZAÇÃO PASSOU A TER**  
representações em mais duas  
províncias e aumentou o número  
de projectos ao passar de 7 em  
2015, para 11 em 2017



# BOLETIM INFORMATIVO O EXTENSIONISTA

Edição nº 42, Junho - 2018. | Director: Jordão Matimula Junior

**Uma boa fiscalização  
Parlamentar** na implementação  
da Lei vai garantir que as  
comunidades beneficiem-se  
efectivamente dos 2.75%.



“

**DIREITOS HUMANOS,  
ADVOCACIA E BOA  
GOVERNAÇÃO,  
SÃO ACÇÕES  
TRANSNVERSAIS  
AOS PILARES  
ESTRATÉGICOS  
DA AENA**

”

Caros leitores e parceiros, esta é uma edição especial e abrangente sobre as acções da AENA, nos meses de Abril, Maio e Junho do ano de 2018. Na presente edição espelhamos alguns sinais de impactos das actividades nos pilares estratégicos da AENA, nomeadamente Segurança Alimentar Nutricional e Económica, Igualdade e Equidade do Género, Recursos Naturais e Extensão Rural, Ambiente & Mudanças Climáticas, e Desenvolvimento Institucional.



Jordão Matimula Junior  
Director Executivo

# Índice

Uma boa fiscalização Parlamentar na implementação da Lei vai garantir que as comunidades beneficiem-se efectivamente dos 2.75%.

3

Populações de Larde e Montepuez pouco envolvidas na gestão das receitas provenientes da exploração mineira

4

Mineradoras não fazem o reflorestamento das espécies nativas em Angoche

5

A organização passou a ter representações em mais duas províncias e aumentou o número de projectos ao passar de 7 em 2015, para 11 em 2017

6

Empoderamento económico da mulher rural passa pela mudança de comportamento da sociedade sobre a importância do papel das mulheres

7



## ENDEREÇOS

Rua dos continuadores, n° 723 Caixa Postal n° 653  
Tel. 26 21 79 39 • E-MAIL: aena@aena-mz.org  
Nampula-Moçambique

Website: <https://www.aena-mz.org>







## Uma boa fiscalização Parlamentar na implementação da Lei vai garantir que as comunidades beneficiem-se efectivamente dos 2.75%.

A Associação Nacional de Extensão Rural e deputados da Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente (5ª Comissão Parlamentar da Assembleia da República) reuniram-se em 03 Abril de 2018, na sede da Assembleia da República, na cidade de Maputo, com o objectivo de apresentar e debater as constatações do estudo sobre as dinâmicas na Gestão e Canalização dos 2.75% em Moçambique. O estudo foi realizado nos distritos de Larde na província de Nam-pula, e Montepuez, na província de Cabo Delgado. No encontro ficou a recomendação de que os deputados devem garantir a implementação efectiva das leis de minas e dos petróleos (Leis 20/2014 e 21/2014 respectivamente, ambas de 18 de Agosto), bem como das leis que actualizam a tributação das actividades mineiras e petrolíferas (Lei 11/2007 e 12/2007 respectivamente, ambas de 27 de Junho), para assegurar que as multinacionais possam canalizar a taxa (2.75 %) da receita arrecadada pela empresa mineradora, que reverte, de acordo com a lei, para acções de responsabilidade social corporativa ao abrigo do preceituado na legislação mineira. No encontro recomendou-se ainda a apro-

vação de um diploma ministerial para garantir que as comunidades beneficiem-se dos seus direitos conferidos por lei, por meio de um processo de gestão transparente, responsável e inclusiva das receitas do sector extractivo.

As recomendações surgem na sequência das constatações de um estudo que aponta a transparência; prestação de contas; o envolvimento das comunidades; os períodos de canalização; articulação entre as comunidades, governo e conselho consultivo; a rigidez do sistema de canalização dos fundos; a sobreposição das despesas e a limitação da circular n° 1/MPD-MF/2013 como os principais desafios na canalização dos 2.75%.

O presidente da Comissão, Francisco Muçanheia afirmou que a quando da aprovação das leis de minas e dos petróleos, o objectivo dos artigos 20 e 48 respectivamente foi ter comunidades com um desenvolvimento socioeconómico visível, e não o que o estudo mostrou. Como forma de inverter o cenário, as duas instituições acordaram o estabelecimento de um memorando de entendimento para monitoria conjunta do processo de canalização e gestão dos 2.75%.

*Como forma de inverter o cenário, as duas instituições acordaram o estabelecimento de um memorando de entendimento para monitoria conjunta do processo de canalização e gestão dos 2.75%.*





EM NAMPULA E CABO DELGADO

## Populações de Larde e Montepuez pouco envolvidas na gestão das receitas provenientes da exploração mineira

A Associação Nacional de Extensão Rural (AENA) realizou em Maio deste ano um trabalho de monitoria da gestão dos 2.75, nos distritos de Larde e Montepuez, nas províncias de Nampula e Cabo Delgado respectivamente e constatou que as comunidades são pouco envolvidas no processo de tomada de decisão sobre a priorização dos projectos implementados pelos fundos. Trata-se de fundos provenientes do tesouro de Estado cobrados aos impostos sobre a produção de Ruby em Namanhumbir e áreas pesadas em Topuito.

Segundo Francisco Ussene, um residente de Mutitcoma e membro do Conselho Consultivo, desde 2015 que o governo de Larde não partilha os dados sobre os valores desembolsados provenientes do fundo de retorno e muito menos o saldo de caixa. "Só em 2018 é que a população ficou a saber e foi consultada sobre as suas prioridades em termos de execução", disse Francisco Ussene.

Durante a visita da AENA constatou-se também que as comunidades não são envolvidas na selecção dos projectos, facto que tem contribuído para uma fraca apropriação dos projectos. Também foi verificado que o governo local impõe determinados projectos, o que cria um

mau ambiente caracterizado por falta de confiança entre as comunidades, os conselhos consultivo e o governo

Os membros do Comité de Gestão de Recursos de Nanune afirmaram que "a consulta comunitária deve ser abrangente, algo que actualmente não acontece e as decisões tomadas devem ser cautelosamente analisadas." Dizem por exemplo que recentemente solicitaram a construção de um mercado, mas depois não foram consultados sobre o local da construção. O Governo local decidiu implantar o mercado em "Nanhupo A" num local que dista a pouco mais de 1.5km do actual local de trocas comerciais, e isso pode minar a apropriação dos nativos. A exclusão das comunidades na gestão do fundo de retorno é uma violação de um direito conferido pela legislação moçambicana. Os membros do governo, por seu turno, essencialmente os administradores referiram que os processos de gestão têm registado melhorias e que actualmente o desafio é aplicar o valor desembolsado tendo em conta as necessidades das comunidades. Afirmaram ainda que em 2018, houve consultas abrangente às comunidades fruto do workshop provincial de Nampula que serviu de troca de experiência e aprendizagem.

*Durante a visita da AENA constatou-se também que as comunidades não são envolvidas na selecção dos projectos, facto que tem contribuído para uma fraca apropriação dos projectos*





MONITORIA DAS ÁREAS DEGRADADAS PELAS EMPRESAS MINERADORAS EM NAMPULA

## Mineradoras não fazem o reflorestamento das espécies nativas em Angoche

As mineradoras Kenmare e Haiyu que exploram áreas pesadas em Larde e Angoche respectivamente, na província de Nampula, não fazem a reposição das espécies nativas, principalmente as fruteiras que servem de fonte de subsistência e geração de renda em determinados momentos do ano. São denúncias das comunidades, feitas durante uma visita de trabalho da Associação Nacional de Extensão Rural (AENA) e parceiros, designadamente direcções provinciais de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural e, Recursos Minerais; Assembleia da República; Comités de Gestão de Recursos Naturais realizaram em Maio, com objectivo de fazer a monitoria para avaliar a qualidade das áreas restauradas pela Haiyu e pela Kenmare.

Em Angoche, a única espécie repovoada pela Haiyu é a casuarina. Só que para as comunidades, esta espécie não tem propriedades para fertilização do solo, o que compromete a produção de comida para o sustento das famílias. A zona onde é feito

o repovoamento da casuarina é propícia para a produção do feijão.

Para além do repovoamento, verificou-se a existência de dunas de áreas e buracos que merecem um tratamento urgente. Segundo as comunidades actividade mineira está provocar poluição causada pelo movimento de camiões que transportam o mineral para a cidade de Angoche. A situação é descrita como de atetantória “a saúde pública.”

Se em Angoche não há repovoamento, em Larde o cenário é outro. A Kenmare até faz a restauração das áreas degradadas, mas peca por não envolver as comunidades. Em Topuito-sede as comunidades queixam-se da falta de envolvimento na restauração das áreas degradadas, e falam de convénios existentes entre a Kenmare e outras entidades para a produção e fornecimento de mudas, enquanto que em Topuito-sede há capacidade para o efeito. Para as comunidades, a empresa Kenmare não esta a valorizar o conteúdo local.

*Em Angoche, a única espécie repovoada pela Haiyu é a casuarina. Só que para as comunidades, esta espécie não tem propriedades para fertilização do solo, o que compromete a produção de comida para o sustento das famílias*





## AENA FAZ BALANÇO POSITIVO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS ENTRE 2015 E 2017

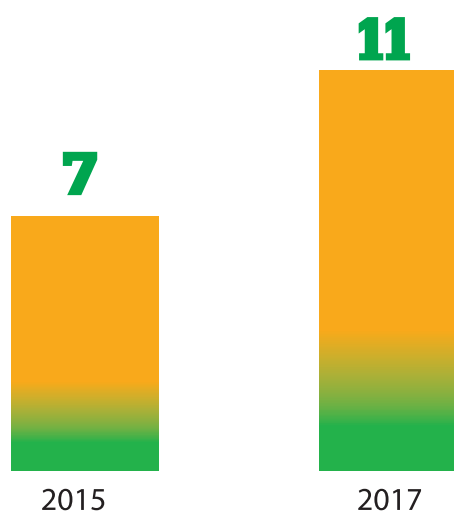
# A organização passou a ter representações em mais duas províncias e aumentou o número de projectos ao passar de 7 em 2015, para 11 em 2017

Decorreu em Abril do corrente ano, na cidade Nampula, a 11ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Extensão Rural, que dentre vários pontos de agenda aprovou o relatório de actividades de 2017, a proposta do relatório e a procedeu a eleição dos novos titulares dos órgãos sociais. A direcção cessante faz balanço positivo das actividades desencadeadas de 2015 a 2017, destacando a extensão da AENA, de 3 para 5 províncias, nomeadamente Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Maputo. Outro ganho tem a ver com implementação do modelo e abordagem de extensão que resultou no aumento da produção e produtividade das famílias rurais, com a intervenção das escolas da machamba do camponês, campo de demonstração de resultados e Villages Business Agents (VBA). O Conselho de Direcção elogiou o aumento dos projectos e parceiros da AENA, que passaram de 7 em 2015, para 11 projectos em 2017.

O Conselho Fiscal destacou a monitoria efectuada no distrito de Lardê e aconselhou melhoria na planificação das actividades conjuntas com os parceiros e colaboradores, especificamente o governo e os técnicos.

A sessão teve como ponto alto, a eleição dos novos membros e a entrega de pasta aos órgãos eleitos, que foi dominada pela maioria dos membros do sexo feminino. A sessão contou com a participação de 23 dos cerca de 29 membros.

Comparação do Aumento dos projectos e parceiros da AENA







DEFENDEM AS MULHERES

## Empoderamento económico da mulher rural passa pela mudança de comportamento da sociedade sobre a importância do papel das mulheres

A mulher desempenha um papel determinante na sociedade. Nos dias que correm há cada vez mais mulheres economicamente empoderadas, mas persistem desafios para que mais mulheres sejam empoderadas, principalmente ao nível das zonas rurais.

Anastácia António é membro da Associação Noneketho, em Meconta. Considera que há resultados do processo de empoderamento económico da mulher, mas diz que persistem alguns desafios que só podem ser superados com persistência por parte dos diferentes actores sociais. A mudança de comportamento da sociedade sobre o papel das mulheres na sociedade é, segundo Anastácia António, um dos principais desafios.

O acesso aos recursos financeiros, créditos, educação, saúde e água, o direito de participar activamente na indústria extractiva pelas mulheres que de acordo com Anastácia António são alguns aspectos que vão garantir a participação no processo de desenvolvimento económico e empoderamento da mulher, ao nível da província de Nampula.

Anastácia António falava num encontro sobre o empoderamento económico das mulheres rurais, organizado pela Associação Nacional de Extensão Rural em Nampula, em Março. O encontro juntou várias entidades públicas, académicos, órgãos de comunicação social, mulheres e representantes de associações.







## Parceiros

